

O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO É REGRESSIVO?

Visão prevalecente: o sistema brasileiro é fortemente regressivo.

Contra-argumento: essa visão é equivocada.

Razão: estudos que apresentam evidência de significativa regressividade do sistema tributário ignoram duas limitações cruciais das bases de dados utilizadas.

(1) Subdeclararão dos rendimentos das famílias mais pobres.

(2) Subdeclararão do nível e da progressividade do imposto de renda pago pelas famílias.

Argumentos para o uso da despesa de consumo como referência para o cálculo da carga tributária indireta:

De natureza teórica

- Hipótese da renda permanente, segundo a qual as famílias tendem a manter um padrão de consumo ao longo do ciclo de vida, via poupança ou endividamento, mesmo quando a renda sofre flutuações de curto prazo.

- Assim, o padrão de vida de uma família é determinado não por sua renda corrente, mas por sua renda permanente, ou seja, a renda obtida ao longo do ciclo de vida, para a qual o consumo corrente é considerado uma *proxy* mais adequada do que a renda corrente.

De ordem prática

Rendimentos das famílias mais pobres são fortemente sub-reportados nas pesquisas de orçamentos familiares. No caso do Brasil, isso é evidenciado pela presença de elevados déficits nos orçamentos das famílias situadas nos estratos inferiores de renda,

onde a renda reportada é muito inferior às despesas. Por exemplo, na POF 2008-09, o déficit médio entre a renda total e a despesa total (monetária e não monetária) para os 10% mais pobres fica em torno de 52%, sendo este déficit ainda maior quando são considerados apenas os rendimentos e as despesas monetárias. Tais déficits diminuem à medida que a renda aumenta, tornando-se superávits.

Neste trabalho a renda será ajustada para contornar os problemas de subdeclaração, usando-se para isso os dados das despesas das famílias.

→ A ‘renda ajustada’ foi derivada usando-se como medida de ajuste o déficit entre a despesa familiar total e a renda familiar total para cada família na base de microdados.

OBS: Não há evidência de importante subdeclaração dos rendimentos nos estratos médios de renda. Já com relação aos estratos superiores, o principal problema é que tanto a POF quanto a PNAD não captam de forma adequada os rendimentos do capital, que, de fato, tendem a se concentrar nesses estratos. Mas, se esses rendimentos são subestimados nas pesquisas, sua tributação também o é.

Outra limitação de estudos de incidência tributária baseados apenas nas informações da POF é que os dados do imposto de renda pago pelas famílias, mesmo sobre renda do trabalho, são insuficientes para permitir uma análise distributiva apropriada.

Uma alternativa: microssimulação do IRPF para cada indivíduo e família em uma amostra representativa da população brasileira.